

A SOCIOLOGIA DOS ANOS 1950: DIÁLOGOS DE COSTA PINTO

Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto — *Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Boas (orgs.)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, 352 pp.

Marcelo S. M. Lacombe

Esta coletânea apresenta um perfil multifacetado de Luiz de Aguiar Costa Pinto, um dos principais sociólogos da sua geração, a qual se definia pelo esforço de construção de um pensamento sociológico enraizado nos problemas engendrados pelas especificidades de nossa condição histórica e na nossa singularidade. Ela incorporou a noção manheimiana de *intelligentsia*, ciente da necessidade de formação de uma intelectualidade voltada para a resolução de problemas sociais. De diferentes formas (e isso na época deu origem a acaloradas polêmicas), os sociólogos dos anos 1950 se moviam orientados pela idéia de mudança social dirigida. Partiam do diagnóstico de que a sociedade brasileira passava por processos radicais de mudança social, marcados pela transição da sociedade tradicional para a moderna. Era uma sociologia preocupada com a questão da práxis, ou seja, do agir sobre o processo histórico. Portanto, a referência a Marx foi também uma marca na formação de sociólogos como Costa Pinto.

A coletânea começa com um texto de Costa Pinto apresentado no 14º Congresso Mundial de Sociologia, realizado no Canadá em 1998. Nele o autor se atém ao futuro e às possibilidades abertas

pelo contexto histórico, realizando uma crítica precisa sobre os diagnósticos e as projeções negativas acerca da nova sociedade que emerge, ou seja, o mundo pós-moderno. Esse otimismo se justifica pela fidelidade claramente demonstrada para com as idéias manheimianas de condução da mudança social, reafirmando que a razão e a tecnologia podem e devem ser operadas a fim de melhorar a vida humana. O sociólogo propõe uma nova aposta nas potencialidades do ser humano como uma espécie criadora e criativa. Isso pode soar como anacronismo nos tempos de hoje, em que o fazer história parece sair do nosso horizonte intelectual e a morte do sujeito parece se tornar uma realidade, mas Costa Pinto reafirma seu compromisso com uma sociologia da práxis que se propõe a valorizar o ser humano como agente de sua própria história nas condições que lhe são dadas.

Em seus depoimentos, Maria Stella Amorim e Josildeth Gomes Consorte abordam a trajetória individual e profissional de Costa Pinto. Amorim discorre sobre os limites institucionais para o desenvolvimento da sociologia acadêmica no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. Especial atenção é atribuída ao incremento das ciências sociais entre os anos 1930 e 1950, com a criação da Universidade do Distrito Federal, logo extinta pelo Estado Novo, e a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia. Se esta última, como afirmava Costa Pinto, não comportava uma estrutura que possibilitasse a pesquisa empírica em larga escala, o sociólogo baiano buscou criar as condições para tal. O depoimento de Josildeth Consorte é um relato sobre sua convivência com Costa Pinto, iniciada no Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Universidade de

Colúmbia, um programa de estudos de comunidade que tinha por objetivo conhecer a realidade daquela região. Os estudos de comunidade já eram praticados no Brasil desde a década de 1940, com a chegada de Donald Pierson, mas a participação de Costa Pinto naquele programa já se marcava por um posicionamento crítico com relação ao culturalismo. Anos mais tarde ele chegou a elaborar um livro sobre o Recôncavo Baiano, tratando da diversidade social daquela região e das mudanças que a atingiam.

A segunda seção da coletânea se dedica a temas mais gerais da sociologia de Costa Pinto. O artigo de Gláucia Villas Boas trata exatamente do tema da transição de um Brasil arcaico para um Brasil moderno, salientando a concepção de mudança social do autor, que o levava a adotar posição cautelosa com relação ao futuro da sociedade brasileira. Percebia Costa Pinto que a sociedade tradicional tinha um grande poder de negociação com a história e se perpetuava mesmo dentro do processo de modernização, de forma que não só o atraso era reposto, mas também o conflito estrutural era perpetuado. Villas Boas faz referência a um importante artigo de Costa Pinto, "Sociologia e mudança social", em que ele postula uma sociologia que se comprometa com as mudanças sociais. Segundo a autora, esse artigo teve uma recepção crítica por parte de Emílio Willems e Florestan Fernandes. A crítica deste último incidia sobre uma noção de sociologia dividida entre sociologia acadêmica e sociologia socialista, sendo que somente essa última estaria comprometida com a mudança social. Para Florestan, a sociologia não poderia ser dividida dessa forma enquanto conhecimento, nem a sua história poderia ser reduzida à história do socialismo. Não critica Costa Pinto por ter tomado uma posição que para ele, Florestan, não só era válida como também necessária, mas julgava que aquele não teria aproveitado todas as possibilidades do método de Marx e assim teria caído numa espécie de ortodoxia. É certo, segundo Villas Boas, que Costa Pinto se vale de argumentos de marxistas em que destaca a "relação condicionante entre existência e consciência social", "entre as várias partes da organização social através de efeitos recíprocos entre elas", podendo o homem "intervir no curso da história com a expectativa de moldar seu futuro" (p. 52). É bem verdade que Florestan também privilegiava esse aspecto da teoria sociológica, mas entendia que

a tomada de posição em favor de uma dada teoria sociológica não pode implicar a desqualificação das demais correntes de pensamento, como fazia Costa Pinto ao nomeá-las "sociologia acadêmica" e defini-las como ideologias, falsas consciências.

A preocupação presente nesse debate é com a relação entre sociologia e sociedade. Segundo Villas Boas, em "Sociologia e mudança social" Costa Pinto apelava a seus colegas que tomassem posição em relação ao seu saber e o instrumentalizassem no estudo engajado das mudanças sociais. Tal preocupação torna-se clara quando Villas Boas aborda a pesquisa do Recôncavo, em que Costa Pinto enfoca a articulação entre o tradicional e o moderno. Na análise dessa relação, Costa Pinto irá começar a refletir sobre o conceito de marginalidade estrutural, tema do artigo de Enno Liedke Filho, que aborda a sociologia do desenvolvimento de Costa Pinto. A marginalidade estrutural seria uma idéia que, embora ligada ao problema da dualidade estrutural da sociedade brasileira, não se reduziria a ela. Não se trata de uma situação estática, mas de um processo dinâmico em que se dá a relação entre o tradicional e o moderno. Costa Pinto registra a diferença entre modernidade e desenvolvimento. Se a primeira é de caráter etnocêntrico, por se moldar a partir dos princípios culturais dos países avançados, e socialmente excludente, por restringir-se às elites e às camadas dominantes das sociedades que se modernizam, o segundo teria uma característica mais ampla, na medida em que abarca a sociedade como um todo e tem por base as condições objetivas nela dadas. Um dos efeitos da marginalidade estrutural é o de criar uma sociedade que se moderniza mas não se desenvolve. Essa temática é importante na obra de Costa Pinto e será tratada por José Maurício Domingues, para o qual a idéia de marginalidade estrutural poderia ser entendida como um processo gerador da anomia nos setores mais arcaicos da sociedade e seria fruto de um processo de desenvolvimento desigual e combinado.

Como salientam Villas Boas, Liedke e Domingues, a noção de demora cultural é importante para melhor entender o pensamento de Costa Pinto sobre o desenvolvimento e a mudança social. Trata-se de uma idéia elaborada na Escola de Chicago e incorporada pelo sociólogo baiano segundo a qual a mudança social não opera da mesma forma nem no mesmo ritmo em todas as esferas da estrutura social. Assim, o problema da marginalidade estrutural é

também um problema de demora cultural, o que daria ao processo de desenvolvimento uma característica de crise. É o que percebe Leopoldo Waizbord em seu artigo quando salienta que a noção de "crise" em Costa Pinto aparece em identidade com a idéia de mudança social, como uma face do processo de mudança.

A sociologia da mudança social e do papel definido para o sociólogo e para a sociologia nesse processo é também tematizada por Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. O primeiro propõe uma "sociologia em ato" fundando-se na idéia de que a vocação científica não exclui a vocação política, mas em certa medida até depende dela. Como salienta Aparecida Abranches em seu artigo sobre o Iseb, Guerreiro Ramos via na obra de Weber não o produto de uma construção acadêmica, mas de uma legítima vocação política. Já Florestan, assim como Costa Pinto, partia de uma perspectiva marxista que envolvia uma preocupação profunda com a práxis. Isso não exclui a noção de sociologia aplicada como um saber operacional, tema que foi muito caro a Florestan. Em Costa Pinto, porém, a sociologia cumpre um papel imediato e terapêutico que deve ser operacionalizado por meio do Estado, que para ele era o agente central do desenvolvimento moderno e planejado.

É especialmente interessante a seção que trata das relações raciais, tema compreendido por Costa Pinto dentro de uma realidade mais ampla, como parte de uma totalidade social. Os artigos de Angela Figueiredo, Flávio dos Santos Gomes, Mônica Grin e Maria Angélica Motta-Maués revelam como os especialistas de hoje vêem e entendem a contribuição de Costa Pinto e o lugar de seu clássico "O negro no Rio de Janeiro". Destaca-se novamente o diálogo de Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes quanto ao tema.

Uma outra seção se refere ao quadro intelectual dos anos 1950. Maria Laura Viveiros de Castro, Marcos Chor Maio, Bila Sorj, Helena Bomeny e Nísia Trindade nos mostram aspectos distintos daquele quadro, assim como os lugares e diálogos que marcaram a trajetória acadêmica de Costa Pinto. O artigo de Chor Maio enfatiza o diálogo entre Arthur Ramos e Costa Pinto. Apesar dos laços profissionais e pessoais que mantinham, produziram uma polêmica em que Costa Pinto tecia uma crítica à Escola Nina Rodrigues, da qual Arthur Ramos era um dos expoentes. O problema consistia, segundo Maio, na

crítica ao negro como espetáculo. Baseado em artigo de Sérgio Buarque de Holanda, Costa Pinto afirma que a figura do negro pintada nas análises da antropologia seria a do exótico e do estranho. Sérgio Buarque preocupava-se com o preconceito e a discriminação sutil da qual o negro era vítima. Identificava nos trabalhos da Escola Nina Rodrigues um privilegiamento dos traços culturais africanos e de suas influências sobre a cultura brasileira, um elogio ao negro brasileiro naquilo que tinha de estranho e exótico. Costa Pinto se apropriaria das críticas de Sérgio Buarque a fim de se contrapor aos estudos antropológicos e históricos, que estariam mais identificados com um passado arcaico e com modelos tradicionais de relações sociais. Como Costa Pinto se preocupava com o problema da mudança social, a perspectiva antropológica, a seu ver, não dava conta de compreender o seu objeto de estudo.

O texto de Nísia Trindade enfoca os pontos de aproximação entre Florestan Fernandes e Costa Pinto. A autora faz uma breve exposição da versão da história das ciências sociais que propõe uma ruptura entre os padrões diferenciados de atividade científica do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essa versão seria, segundo Nísia, uma reificação da polêmica que opôs Florestan a Guerreiro Ramos. Contudo, uma leitura comparada das obras de Florestan e Costa Pinto poderia relativizar tal versão e, ao meu ver, até propor uma nova. Assim, as similaridades e identificações de suas propostas mostrariam que as diferenças e rupturas entre as sociologias paulista e carioca não seriam suficientes para que se pudesse opô-las de forma tão radical. Nísia faz uma leitura profunda da obra de ambos os autores, demonstrando seus pontos em comum bem como suas diferenças, e conclui que suas obras se fundavam num "terreno moral comum", como propõe William Sullivan. Nesse terreno não haveria sentido em opor os valores acadêmicos ao papel e à responsabilidade política, e em certo sentido à militância.

A coletânea é um trabalho rico em informações e indagações que possibilita ao leitor visualizar um debate intelectual que marcou um dos momentos mais brilhantes das ciências sociais no Brasil. Conta a história de uma geração de cientistas que tomou em suas mãos a tarefa de mudar o país e torná-lo uma sociedade mais justa e humana. Os temas daquela época são atuais e se recolocam na pauta de discussão daquilo que é a sociedade brasileira e

do seu vir-a-ser. Uma indagação que ganha forma naquela pergunta renitente na canção de Renato Russo: "Que país é esse?". A renitência dessa pergunta não está só na música, mas na vida de cada brasileiro que se defronta com uma nação rica em possibilidades, mas pobre de realizações. O Brasil que se apresenta como o eterno país do futuro está sempre começando a sua história, que é sempre reposta e na qual as questões reincidentem sob novas formas, mas com os mesmos dilemas. Se a passagem

de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna não conseguiu romper com os dilemas e as dicotomias do país, repondo assim o atraso e a injustiça social como temas e problemas para nossa sociedade, fica então como herança dos sociólogos dos anos 1950 o enigma do advento de um Brasil melhor.

Marcelo S. Masset Lacombe é doutorando em Sociologia pelo IUPERJ.